

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO¹

Tiago Reginaldo Zagonel², Enio Waldir Da Silva³.

¹ Trabalho de pesquisa realizado no Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí - Apoiado pela Unijuí e pela Chamada MTCI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq n.º 89/2013 - Processo 420164/2013-8 - Projeto de Extensão Tecnológica coordenado pelo Professor Doutor Enio Waldir da Silva.

² Aluno do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI, bolsista CNPq ITECSOL – UNIJUI. E-mail tiagozagonel@hotmail.com

³ Doutor em Sociologia e professor da Unijuí. E-mail eniowsil@unijui.edu.br

Introdução

O contexto ambiental está diretamente ligado ao desenvolvimento da economia e, numa visão míope, é percebida a educação ambiental (EA) meramente como um processo educacional isolado, que ocorre restritamente em sala de aula e com pouco envolvimento e interação de políticas efetivas ao seu entendimento do todo que a envolve. Ao buscar entender um sistema complexo, uma das premissas básicas são os processos entrópicos onde Lavoisier afirma que na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma, nesse sentido, nada volta a ser exatamente como era antes. Com o ambiente em constante mudança não se pode pensar a sociedade num paralelo com a educação ambiental, de modo que a primeira é influenciada pela segunda, que por sua vez, também influencia num processo contínuo.

A constituição do sujeito, segundo Vigotsky, ocorre na interação com os outros e com o ambiente em que vive. Se vivermos numa perspectiva de misantropia humana não teremos o entendimento que pertencemos a um universo com recursos finitos e que o nosso envolvimento diário as causas ambientais são necessários para que, de geração em geração, possamos evoluir coletivamente e ter a consciência de que somos uma extensão da terra e que suas patologias são ou serão as nossas.

Os problemas ambientais vão de escala local a global e quando pensamos na degradação do meio ambiente pelo ser humano, temos que lembrar que não somos uma raça homogênea, e que existem diferentes interesses e potencial poluidor entre nós. Nesse contexto, a EA torna-se uma ferramenta importante num processo orientado para a busca de caminhos alternativos que possibilite a construção de uma sociedade diferente, justa, participativa e diversificada (GARCÍA, 2009). A discussão a cerca das soluções para problemas ambientais traz a pauta o entendimento de um crescimento exponencial com recursos finitos e a mensuração de recursos naturais, que estão

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

ligados ao campo subjetivo, não tendo um valor único, mas sim, incalculável para a sobrevivência de todos os seres vivos.

O que se pretende com esse ensaio teórico é alertar sobre a necessidade de indissociação do homem e natureza, tendo a EA como ferramenta para construir uma nova cultura de valores éticos e políticos para com as nossas verdadeiras raízes, nesse sentido, a economia solidária surge como um novo caminho que autentica essa nova filosofia de vida que nos remete ao coletivo, a inclusão social, autogestão, preservação e uso racional dos recursos naturais de forma sustentável.

Metodologia

O método utilizado para pesquisa é qualitativo, tendo como procedimento técnico a pesquisa exploratória de cunho bibliográfico do tema. O caráter exploratório reside em abordar uma situação que propicie a aproximação e familiaridade com o assunto, fato ou fenômeno, gerando maior compreensão do pesquisador a respeito do mesmo. Salienta-se que esse escrito é parte de um projeto maior, o qual somos bolsistas integrantes que tem por objetivo desenvolver atividades científicas de Extensão capazes de fortalecer a Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social – ITECSOL – no processo de produção de conhecimentos, promovendo as dimensões de cooperativismo, empreendedorismo e associativismo no município de Ijuí/RS e região.

Resultados e discussão

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2014). A Educação Ambiental se mostra como uma ferramenta de gestão eficiente aos problemas ambientais e ao remeter-nos à questão da manutenção da VIDA, pode estar referindo-se a ela em toda a sua diversidade e dimensões – biológica, química, física, cultural, espiritual, organizacional, dentre outras, ou a aspectos específicos delas (SATO, 2005).

A Educação Ambiental (EA) passou a ser incorporada na década de 50 aos currículos escolares em vários países. Tinha seu enfoque na educação para a conservação e o ambiente era visto simplesmente como um recurso. Na década de 70 alguns acontecimentos corroboram para transformação do ambientalismo como a conferência de Estocolmo (1972) e Tbilisi (1977) que foram consideradas como marcos conceituais definitivos da EA, rompendo com a educação meramente conservacionista e baseada numa prática conteudista, biologicista, ingênua e simplista. Assim, dois princípios básicos foram fundamentados:

Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social; Uma nova concepção do mundo como sistemas complexos, a reconstrução do conhecimento e do diálogo de saberes.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

Também emergiram alguns critérios orientadores para o desenvolvimento da proposta, que sugerem que a educação deve:

Ser atividade contínua, acompanhando o cidadão em todas as fases de sua vida; Ter caráter interdisciplinar, integrando o conhecimento de diferentes áreas; Ter um perfil pluridimensional, associando os aspectos econômico, político, cultural, social e ecológico da questão ambiental; Ser voltada para a participação social e para a solução dos problemas ambientais; Visar a mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais (DIAS, 1994 apud LIMA, 1999).

Nesse contexto, a Conferência de Tbilisi proporcionou uma ruptura com as práticas reduzidas ao sistema ecológico numa educação meramente conservacionista. Tal educação não estaria mais restrita aos aspectos biológicos das questões ambientais, e sim, atrelada aos aspectos político-econômicos e socioculturais. Ainda na década de 70 alguns projetos-pilotos aconteceram em todo o mundo, no entanto, devido a sua fragilidade epistemológica e política não evoluíram, permanecendo nos programas de EA o ambiente como natureza sem a integração do ser humano como parte da mesma. Já na década de 80 houve uma modificação conceitual e o ambiente começa a ser visto como um lugar para se viver em sociedade. Nasce então o movimento da EA socialmente crítica. Uma análise crítica das realidades ambientais, sociais e educativas inter-relacionadas com diversos tipos de saberes, visando criar um saber crítico, útil para solução de problemas e para o desenvolvimento local. Na década de 90 expressasse a crise ambiental com problemas de desmatamento, mudanças climáticas, entre outros, fortalecidos pelo modelo econômico de expansão acentuando as desigualdades os povos e nações.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, proporciona um clima cultural de valorização das práticas ambientais. Nesta década a EA começa a fazer parte das políticas públicas de meio ambiente e de educação. Nesse momento ímpar surge os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que o MEC (1997) indica o tema “meio ambiente” como transversal nos currículos. Em 1999 é aprovada a Lei 9.795/99, como Política Nacional de EA.

A natureza da crise ambiental, que coincide com outras mutações históricas significativas no campo econômico, tecnológico, cultural e político, têm propiciado curiosas oportunidades de reflexão e ação, orientadas para novas sínteses que articulam economia e ecologia, ética e política, ciência e religião, cultura e natureza, ciências naturais e sociais, entre outras dicotomias. Isso gera debates que buscam compreender a EA e encontrar respostas compatíveis com a magnitude do problema. Articular a educação e o meio ambiente se deve a uma série de motivos associados como a importância da educação enquanto instrumento privilegiado de humanização, socialização e direcionamento social. A questão educacional comporta uma dualidade e pode ser conduzida de uma forma libertadora ou opressora, a depender da luta entre concepções, valores e práticas sociais

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

dos grupos que dividem e disputam o mesmo campo. Assim tanto a educação quanto a questão ambiental, apesar das múltiplas dimensões que envolvem são questões essencialmente políticas, que comportam visões de mundo e interesses diversificados (LIMA, 1999).

A primeira constatação relevante na análise da relação entre educação e meio ambiente é a de que não há “uma” educação para o ambiente, mas múltiplas propostas, proporcionais, em número e variedade às tantas concepções de mundo, de sociedade, e de questão ambientais existentes.

Sorrentino (1997), classifica as principais correntes de educação ambiental como conservacionista, educação ao ar livre, gestão ambiental e economia ecológica.

- A corrente conservacionista, presente nos países do norte, mas também no Brasil, se organiza em torno da preocupação de preservar os recursos naturais intocados, protegendo a flora e a fauna do contato humano e da degradação.

- A segunda corrente, da educação ao ar livre, que reúne naturalistas, espeleólogos, escoteiros e praticantes de modalidades de esporte e lazer na natureza.

- A terceira categoria, da gestão ambiental, de marcado interesse político, provém historicamente de movimentos de resistência aos regimes autoritários. Desenvolve uma crítica do sistema capitalista e de sua lógica predatória em defesa dos recursos naturais e da participação democrática da sociedade civil na resolução dos problemas socioambientais que vivencia.

- A corrente da economia ecológica, inspira-se no conceito de ecodesenvolvimento, e nas ideias formuladas por Sachs e Schumacher nos anos 70. Ganha destaque a partir de meados da década de 80 à medida que essas ideias são apropriadas e reelaboradas por organismos e bancos internacionais - como a ONU, o PNUMA, a UNESCO e o BIRD entre outros - com o formato do desenvolvimento sustentável.

É percebido que nos últimos anos houve um crescimento, não só dos movimentos ambientalistas em defesa da preservação ambiental, como o engajamento da sociedade que dispõe de maior conhecimento do tema. A população global tem ciência que o modelo de desenvolvimento econômico atual está associado à degradação do meio ambiente, impactando na qualidade de vida do ser humano e podendo comprometer a sua própria sobrevivência. Um dos maiores desafios contemporâneos é conseguir conciliar as atividades econômicas e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Estamos vivendo uma crise pluridimensional que assinala para a exaustão de um modelo de sociedade do consumo, onde boa parte daquilo que compramos torna-se lixo em menos de um ano, ou seja, um passivo ambiental crescente e alarmante.

Este modelo de desenvolvimento desigual, excludente e esgotante dos recursos naturais, tem levado à produção de níveis alarmantes de poluição do solo, ar e água, destruição da biodiversidade animal e vegetal e ao rápido esgotamento das reservas minerais e demais recursos não renováveis em praticamente todas as regiões do globo. Tais processos de degradação têm sua origem em um modelo complexo e predatório de exploração e uso dos recursos disponíveis, onde conceitos como

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

preservação, desenvolvimento sustentável, igualdade de acesso aos recursos naturais e manutenção da diversidade das espécies vegetais e animais estão longe de serem realmente assumidos como princípios básicos norteadores das atividades humanas (MARCATTO, 2002).

Para a Economia Solidária (ES), a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. Tendo o ser humano como sujeito central ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esse tem direitos, tem deveres de fomentar esse mesmo direito e promover tal desenvolvimento em sua comunidade gerando o seu próprio desenvolvimento, pois a ES é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

As transformações contemporâneas que penetram na vida das pessoas não são apenas transformações institucionais na esfera socioeconômica, mas sim, transformações culturais que envolvem mudanças de visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos (BARCELOS et al, 2010).

Devido aos problemas gerados pelo capitalismo, onde há uma ausência de inclusão, os maiores detentores do poder no mundo se reuniram, no mês de Maio deste ano em Londres, para discutir uma forma de renovação do capitalismo tendo como objetivo discutir ideias que ajudem a promover uma sociedade baseada no livre mercado, porém mais igualitária. Um dos argumentos é conscientizar os investidores para colocarem o dinheiro em companhias que têm uma visão de longo prazo sobre a sociedade, logo, as corporações irão fazer o mesmo. De forma tímida e duvidosa eles estão sentindo a necessidade de buscar alternativas e rever os conceitos capitalistas, pois seguindo nesse ritmo de corrida pelo dinheiro a humanidade será destruída em nome do crescimento econômico dessa elite.

Verifica-se também com frequência nos debates ambientais, o equívoco de atribuir as responsabilidades pela destruição ambiental ao homem enquanto espécie genérica. Repete-se, sistematicamente, que “o homem é o grande predador da natureza”, o maior perigo e inimigo da natureza. Tais afirmações deixam de dizer que o homem vive em sociedades heterogêneas formadas por grupos e classes sociais com poderes, atividades e interesses diferenciados.

Conclusões

O ciclo de transformações que se fazem necessárias, acontecem de forma gradativa de geração para geração. Nesse sentido, a escola tem uma função primordial e o docente deve ser o ponto de ruptura (transformação) sendo capacitado e tendo um know-how para responder às problemáticas ambientais da sociedade e os conceitos de solidariedade, visando uma nova cidadania e transformação social.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

Existe uma multiplicidade de pontos de vista sobre as questões ambientais. Uma premissa básica é que a educação e a problemática ambiental são, antes de tudo, questões políticas que envolvem valores, interesses e concepções de mundo divergentes, e que podem assumir direções mais conservadoras ou emancipatórias. Daí a importância de investigar os conteúdos políticos e éticos que fundamentam as propostas educativas praticadas em nossa vida sociocultural.

Nesse sentido, a educação ambiental com ênfase técnica e biologizante reduz a complexidade do real e mascara os conteúdos e conflitos políticos inerentes à questão ambiental, favorecendo uma compreensão alienada e limitada do problema por parte dos educandos e conseqüentemente dos discentes, sem perspectiva de evolução nas gerações futuras. Daí a importância da ES para construir um campo na sociedade de cooperação e visão sistêmica onde possa emergir uma cultura para o meio ambiente amparada pelas políticas públicas. Portanto, a construção de um processo educativo identificado com a autonomia individual e a emancipação social não pode dispensar uma atitude crítica da sociedade visando o efetivo desenvolvimento, tendo no estado, um ente social mais genérico para as questões sociais, pois as questões socioambientais estão para além da escola.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Economia Solidária; Desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- BARCELOS, Eronita Silva; RASIA, Pedro Carlos; SILVA, Enio Waldir da. Economia Solidária: Sistematizando experiências. Coleção Ciências Sociais. Ijuí: Unijuí, 2010.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795/1999, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>> Acesso em 20 maio de 2014.
- GARCÍA, Daniela Soledad; PRIOTTO, Guillermo. Educación ambiental: aportes políticos y pedagógicos em la construcción del campo de la educación ambiental. 1ª ed. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros – Presidencia de la Nación – Desarrollo sustentable, 2009.
- LIMA, Gustavo F. da Costa. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. Ambiente & Sociedade, Campinas, ano II, n. 5, p. 135-153, 1999.
- MARCATTO, Celso. Educação ambiental: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.
- SATO, Michele; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação Ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2005.